

Quem tem medo das escolas de samba?



» JORGE SANTANA
Professor doutor de história no Instituto Federal do Paraná (IFPR) campus Campo Largo

As escolas de samba sofrem de um pecado original. Essas instituições que nasceram poucas décadas após o fim da escravidão tornaram-se um “perigo” para o Estado. A Primeira República brasileira (1889-1930), fundada em 15 de novembro de 1889, teve como metas o progresso e o desenvolvimento — leia-se excluir tudo aquilo oriundo de África ou dos povos originários. Tal busca pelo branqueamento da nação não significava apenas eliminar os povos não brancos, mas também extirpar todas as práticas, culturas, religiosidades, traços africanos e ameríndios.

É nesse contexto político, marcado pela eugenia e pelo racismo científico, que surgem as escolas de samba. As agremiações de samba eram e são muito mais que entidades carnavalescas, são espaços de sociabilidade, de produção cultural, resistência, aquilombamento, reexistência, protagonismo negro, produção multiartística, manifestação política e de congraçamento da vida. Como diz o escritor Antônio Simas, “as escolas de samba não desfilam por isso existem, mas existem e por isso desfilam”.

O pecado original das escolas de samba é que elas foram, e ainda são, uma pedra incômoda no

sapato de muita gente. No pretérito, eram acusadas de centros de balbúrdia, antros de desocupados e lócus da vadiagem. No presente, elas são alvos de críticas que associam à libertinagem, reduto de gays e lésbicas, promotoras de “macumba”, redutos da contravenção (jogo do bicho), mantenedoras do atraso cultural e inimigas da moral cristã e dos bons costumes.

Os atuais detratores recorrem a acusações de que elas não contribuem para a cultura, não dão retorno à sociedade, ou o desenvolvimento da nação, além de que não produzem nada de positivo ou edificante. Essas acusações caem como frágeis castelos de cartas ao constataremos que esses detratores, na verdade, temem as escolas.

Desde o início, as escolas sofreram com a censura ou o controle estatal. A Vizinha Fala-deira foi proibida de ter como tema do carnaval “Branca de neve e os setes anões”, pois o regulamento só permitia que as escolas abordassem temas nacionais. Ou seja, era a busca incessante do Estado em fazer das escolas difusoras da história dos chamados grandes temas e homens da nação. O Império Serrano foi censurado durante a famigerada ditadura civil militar (1964-1985) por trazer um enredo para a avenida falando em liberdade.

Décadas atrás, até a Igreja Católica também censurou a Beija Flor, que proibiu a alegoria do Cristo Redentor caracterizado de mendigo. Joãozinho, o Trinta, driblou a censura, embrulhou o Cristo com saco preto e colocou a frase “Mesmo proibido, olhai por nós”. Neste ano, parlamentares de extrema-direita tentam censurar a escola de samba Acadêmicos de Niterói, por ter como

tema o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A alegação é que a homenagem configura campanha eleitoral ilegal, com uso do dinheiro público.

Aqui não quero discutir se o mandatário merece ou não a singela homenagem, mas sobre o que leva à busca da censura, pois são os mesmos que acusam as escolas de samba de não contribuírem em nada, de não ser cultura e de não promover nenhum impacto positivo para a população brasileira.

Na verdade, as acusações falam muito mais sobre os acusadores do que sobre as tão criticadas escolas de samba. Porque só se busca proibir ou censurar aquilo que tem relevância, força e potência transgressora. Portanto, seja o Estado, seja a Igreja, e, atualmente, seja uma parte dos parlamentares, não buscam censurar as escolas de samba porque elas são irrelevantes. Mas, justamente, pelo contrário. As escolas de samba têm relevância, potência, impacto sobre a opinião pública, poder de pautar a sociedade e de construir imaginário social.

O pecado original dessas instituições está na sua origem e no seu ethos. Nascidas nas periferias, subúrbios e favelas; formadas em sua maioria por homens e mulheres negras; por manterem viva a cultura popular; por não se submeterem aos poderes e interesses da elite, sempre deram um jeito de subverter os poderes. Portanto, o problema dos críticos e aspirantes a censores nunca foi sobre a relevância, potência e importância delas. Mas sobre não poder controlá-las. Sem esse controle, para quem tem medo das agremiações, sobra a famigerada censura.



Vizinho agitado



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Argentina e Estados Unidos firmaram acordo comercial, neste mês, que abre o mercado de um para produtos do outro. Um tratado de livre-comércio que beneficiará muito os vizinhos do sul. O governo de Washington já tinha favorecido o presidente Javier Milei, o que ajudou a vencer a última eleição e a acalmar o mercado. Argentina era um país praticamente falido, mas encontrou com o amigo norte-americano dólares suficientes para se reerguer, melhorar seu caixa e fazer a inflação baixar a níveis quase civilizados.

Donald Trump tem participação expressiva nessa mudança de rumos do vizinho do sul. Milei assumiu o governo prometendo fazer cortes nas despesas e tem avançado nesse sentido. A inflação recuou nos últimos meses, depois de permanecer em três dígitos por muito tempo. Na época, não havia reservas. Sob esse aspecto, os resultados positivos do esforço de Milei são visíveis. Mas o acordo com os Estados Unidos agride diretamente o conceito que norteou a criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Vale a pena voltar um pouco na história para lembrar o cenário de confronto entre Brasil e Argentina desde os anos de 1970. Naquela época, o governo do Brasil decidiu construir a Hidrelétrica de Itaipu, numa associação com o governo do Paraguai. Os argentinos não aceitaram

a decisão com o argumento de que a altura da barragem de Itaipu impediria a construção no território deles de uma outra hidrelétrica, chamada Corpus, que nunca saiu do papel. A discussão foi pesada, e o Brasil era acusado nos jornais de Buenos Aires de estar preparando uma bomba hídrica. Se as comportas da grande barragem fossem abertas, a água inundaria tudo pelo caminho e chegaria à capital argentina. Esse argumento foi desenvolvido a sério. Foi muito difícil chegar a um acordo.

Mas os três países conseguiram se colocar de acordo. O Paraguai assinou um tratado binacional com a Argentina para construção da Hidrelétrica de Yacyretá, que hoje forma um enorme lago perto da fronteira. Itaipu funciona majestosa. E já pagou o empréstimo concedido pelos bancos ingleses. Mas havia um outro problema, menos ostensivo. Os argentinos estavam desenvolvendo, na época, um programa nuclear baseado numa tecnologia chamada de água pesada. É a técnica parecida com a utilizada para a criação da bomba atômica que devastou Hiroshima, no Japão. Era um tema muito apreciado pelos militares de lá, os mesmos que, tempos depois, jogaram o país na guerra contra os ingleses pelas Ilhas Malvinas.

Os militares brasileiros também se lançaram, na mesma época, naquilo que depois se chamou de programa nuclear secreto. As três Forças Armadas lançaram-se numa corrida em busca de autossuficiência na produção de combustível para a bomba atômica. A Aeronáutica chegou a furar um profundo poço na Base Aérea de Cachimbo com objetivo de fazer testes nucleares subterrâneos. O então presidente Fernando Collor fechou o poço. O Exército trabalhou muito nas suas instalações na Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro. Mas foi a Marinha que

conseguiu alcançar seu objetivo. No centro de Aramar, no interior de São Paulo, seus técnicos conseguiram enriquecer urânio através de ultracentrifugadores, método semelhante ao que é utilizado atualmente no Irã. A experiência da Marinha, que foi bem-sucedida, agora é aplicada na construção do primeiro submarino movido à energia nuclear no Brasil.

Quem restabeleceu a sanidade e tranquilidade foram os dois presidentes civis que sucederam em seus países os períodos militares. Raul Alfonsín, argentino, e José Sarney, brasileiro, assinaram os primeiros documentos que fundamentam o mercado comum do Cone Sul. Delegações de um e de outro país visitaram as instalações nucleares do vizinho, tomaram conhecimento de seus projetos e acabaram com o temor de uma escalada militar no continente. A ideia original do Mercosul é brilhante e foi oportuna na época em que se tornou realidade. Depois, as sucessivas regulamentações o transformaram em mecanismo destinado a restringir o crescimento das economias. São poucos os tratados internacionais. Além do badalado e até agora não aplicado acordo com a União Europeia, há um outro menor com países da Europa que não integram a Comunidade Europeia.

Por meio do Acordo de Comércio e Investimentos Recíprocos com os Estados Unidos, a Argentina concederá acesso favorecido a mais de 200 posições tarifárias, como setores de medicamentos e veículos, a partir de abril, além de alinhar suas políticas de propriedade intelectual e segurança econômica às americanas. O vizinho continua a ser um país agitado. E sem receio de criar embarços a quem está por perto. Não esquecer que os argentinos já ameaçaram fazer guerra contra o Chile por causa do Canal de Beagle, no extremo sul do continente. Mas essa é outra história.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O mundo nos observa com olho vivo

Loucura é você recorrer e insistir nos mesmos procedimentos e vícios do passado na espera de que haja novos e melhores resultados. Com essa fórmula, fica quase explicado o fato de o Brasil aparecer na 107ª posição, entre 182 países, no ranking global de percepção de corrupção (IPC) de 2025, elaborado pela Transparência Internacional. Vis a vis a pretensa importância que o país tem na área econômica e nas relações comerciais com o mundo, ainda somos um país primitivo e subdesenvolvido quando o assunto é suborno, desvio de dinheiro público, captura do Estado por elites, impunidade, transparência institucional e eficácia do Judiciário (dados colhidos para a classificação por países).

Fazer pouco de trabalhos desse tipo, que expõem as nossas mazelas e acabam por espantar a atração de investimentos, de nada adianta. Negativismo nunca fez bem. O fato é que, sem encerrar o problema — e encerrar com honestidade —, continuaremos como estamos agora: na rabeira dos índices mundiais, sejam eles de corrupção, sejam de educação, seja o IDH ou outros quesitos. O que temos que admitir, embora muitos tentem dizer o contrário, é que vamos mal nessa travessia do século 21 e que já vínhamos mal desde séculos passados. Com isso, fica a confirmação de que estamos repetindo as mesmas fórmulas, querendo forçar uma realidade que, de fato, não existe, mas que é divulgada oficialmente.

Rankings internacionais são como voos de pássaros. Vêm de cima e, como um todo, distantes de ideologias e das pressões políticas de toda a ordem. A fórmula atribuída a Albert Einstein encaixa-se com desconcertante precisão no momento brasileiro. Persistimos nos mesmos vícios administrativos, nas mesmas práticas patrimonialistas, na mesma confusão entre Estado e governo, e, ainda assim, nos surpreendemos quando os resultados são, reiteradamente, medíocres ou desastrosos.

O dado da Transparência Internacional não é fruto de retórica oposicionista nem de conspiração internacional: é o retrato construído a partir de análises técnicas, avaliações de risco e percepções de agentes econômicos e institucionais ao redor do planeta. Rankings dessa natureza funcionam como um sobre-voos: não captam apenas episódios isolados, mas padrões persistentes. Minimizar essa importância ou desqualificar os autores não altera o fato essencial: o mundo está nos olhando. E o que vê não é animador.

O problema central não é apenas a corrupção como prática criminosa individual. É algo mais profundo e estrutural: a mentalidade que coloca o Estado acima da população, como se os direitos constitucionais de cidadania fossem concessões graciosas do poder, e não garantias fundamentais inerentes à própria ideia de República. Quando o aparelho estatal se converte em instrumento de perpetuação de grupos, quando cargos são distribuídos como moeda política, quando a máquina pública se torna extensão de projetos pessoais ou partidários, instala-se uma cultura que naturaliza a distorção.

Nessa lógica, o contribuinte deixa de ser o financiador legítimo do Estado para se tornar súdito de decisões tomadas em gabinetes blindados. O resultado é previsível: a confiança nas instituições se deteriora. E confiança, em qualquer economia moderna, é ativo central. Sem ela, não há investimento sólido, não há planejamento de longo prazo, não há previsibilidade jurídica. Em um mundo hiperconectado, inconsistências de informações governamentais não ficam restritas ao debate doméstico. Elas atravessam fronteiras em questão de minutos. A tentativa de fabricar uma “normalidade positiva” por meio de acrobacias estatísticas pode produzir dividendos políticos momentâneos, mas cobra preço elevado no médio e longo prazo. A credibilidade, uma vez perdida, não se recompõe por decreto.

O Brasil gosta de se apresentar como potência regional, protagonista emergente, ator relevante nas grandes mesas de negociação internacional. De fato, tem mercado robusto, vastos recursos naturais e posição estratégica no comércio global. No entanto, essa pretensa importância econômica contrasta com a fragilidade institucional exposta por rankings de corrupção, com a falta de transparência, educação e desenvolvimento humano. Não se trata de complexo de inferioridade, mas de coerência.

Países que aspiram protagonismo global precisam demonstrar maturidade institucional, estabilidade regulatória e compromisso inequívoco com a integridade pública. Há quem defenda que classificações internacionais são enviesadas ou politizadas. É uma hipótese confortável. Contudo, investidores globais, agências de classificação de risco, fundos soberanos e empresas multinacionais não tomam decisões bilionárias com base em simpatias ideológicas. O que ocorre em Brasília, São Paulo ou qualquer capital estadual é analisado em Nova York, Londres, Frankfurt e Tóquio quase em tempo real.

Admitir que “vamos mal” não é exercício de pessimismo, mas de honestidade intelectual. O caminho alternativo é mais árduo, porém indispensável: fortalecer mecanismos de controle, garantir autonomia real às instituições fiscalizadoras, aprimorar a transparência orçamentária, proteger denunciantes, simplificar regras que hoje alimentam zonas cinzentas propícias à corrupção. Mas a quem tudo isso interessaria?

» A frase que foi pronunciada

"Integridade, transparência e o combate à corrupção têm de fazer parte da cultura. Têm de ser ensinados como valores fundamentais."

Angel Gurriá
Secretário-geral da OCDE

» História de Brasília

Dos carros de Brasília que participaram da corrida do dia 21 de abril, nem todos colocaram o cano de escapamento novamente e estão fazendo uma barulheira infernal pela cidade. (Publicada em 15/5/1962)